

MÁRCIA APARECIDA RAVANELO MOSTEFAL

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: **Maurício Cesar Vitória Fagundes**

MATINHOS

2011

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Márcia Aparecida Ravanelo Mostefal¹

Mauricio Cesar Vitória Fagundes²

RESUMO

Abordar-se a neste artigo três partes. A primeira apresenta a escola do campo, com necessidade de readequação tendo como referência um, estudo bibliográfico, a segunda apresenta o Projeto Político Pedagógico (PPP) na perspectiva da Educação do Campo, relacionando com o PPP do Colégio JFN, ressalta-se que em nenhum momento há a intenção de apontar falhas e ou problemas, mas de mostrar que é possível construir uma Educação no Campo e para o campo; na terceira de posse deste embasamento teórico, fez-se opção metodológica realizar uma pesquisa, com análise reflexiva dos dados coletados, onde são entrevistados educadores(as) do Colégio JFN, entre eles os do ProJovem Campo - Saberes da Terra e professores (as) da Escola Rural Municipal Professor Maack, Escola do Campo.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico, Desafios e Possibilidades.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão propõe-se identificar a Escola do Campo, apresentando aspectos importantes de serem levados em consideração a fim

1 Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo - Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: marciaravanello@yahoo.com.br

2 Educador Orientador, UFPR Litoral, e-mail: mauriciovitoriafagundes@gmail.com.br

de estabelecer uma educação diferenciada que atenda as necessidades do público alvo, ou seja, preparar o educando, que na sua grande maioria são filhos de pequenos proprietários rurais de modo que crie subsídios para subsistir e permanecer no campo com qualidade de vida.

Tem como objetivo principal apresentar elementos que podem nortear o Projeto Político Pedagógico na realidade da escola do Campo, e a partir deste aproximar as ações desenvolvidas pelas respectivas escolas pesquisadas, tomando como pressuposto o Projeto Político Pedagógico.

À procura de uma educação voltada para o meio do educando, tanto na sua formação profissional quanto na formação pessoal, é que optou-se por destacar o posicionamento de alguns teóricos, bem como o que pensam alguns educadores que trabalham em escolas do campo.

Este trabalho caracteriza-se de cunho qualitativo, sendo que inicialmente realizou-se um estudo bibliográfico, para na continuidade destacar o que vem sendo realizado nas escolas do campo, bem como apresentar suas possibilidades e desafios, com vistas às entrevistas realizadas com as professoras.

Optou-se por utilizar o método científico dedutivo, pois a dedução consiste em um recurso metodológico em que a racionalização ou combinação de ideias em sentido interpretativo vale mais do que a experimentação de caso por caso.

O método dedutivo tem o propósito de explicitar o conteúdo das premissas, pois parte do geral para se chegar às particularidades. Segundo Lakatos & Marconi (1993, p.57), “trata de um método lógico que pressupõe que existam verdades gerais já afirmadas como também serve de base para se chegar através dele aos novos conhecimentos”.

1. ESCOLA DO CAMPO – NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO_

Felizmente nos dia de hoje, tem-se buscado oferecer uma educação diferenciada ao educando do campo, no entanto, o que se observa é que precisamos avançar e muito na questão de readequação curricular, a fim de que os conteúdos sejam pertinentes à realidade campesina.

A questão sócio cultural campesina e sua interpretação atual tem gerado inúmeros debates, segundo Grzybowski (1986), “O conjunto de conhecimentos, habilidade, valores e atitudes que são produzidas pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses.”

Esse autor amplia sua proposição para além do cotidiano comum, ao inserir o complexo cultural dentro de uma visão de práxis, na qual acrescenta:

Trata-se do saber parcial que serve para identificar e unificar uma classe social, lhe dar elementos para se inserir numa estrutura de relações sociais de produção e para avaliar a qualidade de tais relações, e, enfim, trata-se de um saber que serve de instrumento de organização e luta (GRZYBOWSKI, 1986, p. 50).

Com relação à práxis do campo Leite (1999) afirma que as relações sócio culturais e políticas são definidas a partir delas próprias, porém, com certa dependência das relações acontecidas ou vivenciadas nos centros urbanos.

Ainda conforme Leite (1999) a significação de tais valores vai além das atividades do dia-a-dia e das realizações de cada um, e não podem ficar separados das análises ou considerações sobre a vida, a produção e o trabalho no meio rural.

Muito mais que um ato pedagógico, de ensinar a ler, escrever e contar, a escola como valor social, internaliza uma questão política na qual a escolaridade concorre para a vivencia da cidadania, na realização do principio de igualdade entre classes e entre os indivíduos. Nesse sentido observa Arroyo que:

A luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos, se situa neste contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade de oportunidades, sendo uma forma de se defender de uma ignorância que percebe estar vinculada à sua situação de exclusão política e econômica (ARROYO, 1982, p.5).

Como proposta de politização e, ao mesmo tempo como linha metodológica e pedagógica, a educação baseada no saber social, especificamente na prática rural, tende a um processo de não restrição cultural e política, mas sim de aproximação nas relações de trabalho e experiências sociais acontecidas no campo.

No entanto Grzybowski evidencia que a problemática do campo, é de interesse múltiplo esclarecendo que:

A origem das propostas de política educacional mais recente, a diversidade de iniciativas públicas e privadas, a heterogeneidade das práticas educacionais concretas não são outra coisa senão a expressão, na área educacional, de uma maior importância social e política da questão agrária e das exigências ou tarefas que cabem à educação em tal contexto.
(GRYOWSKI, 1986, p. 5)

A partir daí, a diversidade de comportamentos e valores faz-se presente, na medida em que as diferenças forem assimiladas e incorporadas pelos diferentes grupos como riqueza sócio-cultural e não apenas como algo inferior, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, como pano de fundo para uma pedagogia inovadora e propulsora de relações historicamente estabelecidas.

Segundo Leite (1999), sabemos que qualquer agrupamento humano, ao ser exposto a interferências abruptas de valores externos à sua realidade, ou por processos adversos à vontade coletiva, passa por situações dissociativas de comportamento, manifestando-se, aparentemente, sem nenhum controle ou direcionamento.

Leite (1999) salienta que, como processo social, a educação rural passa a ter dupla função: a de permitir o avanço das forças sociais a partir das experiências sócio-culturais dos grupos, e de fortalecer o próprio conhecimento humano com base em realizações historicamente situadas.

Considerando agora a segunda função, fortalecimento do conhecimento humano, não há como e por que desprezar a cultura rural em detrimento da tecnologia urbana, ou vice-versa.

A escolaridade rural, a partir dessas funções, emerge e concretiza seu objetivo primordial, de proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural (LEITE, 1999).

Leite (1999) descreve que ao discorrer sobre política educacional é, em primeiro lugar, ter ciência de que tipo de homem se pretende ser, em segundo, localizar esse homem dentro de uma sociedade, de uma estrutura político-produtiva e, sobre tudo, delinear qual o nível intelectual-cultural necessário para se chegar plenamente até seus graus mais elevados. Portanto, antes de qualquer ponderação sobre a educação em si, a política educacional deve

definir seus pontos básicos sócio-políticos e econômicos, como pressupostos para uma estratégia de ação capaz de suplantar um determinado estado, uma sociedade e um sistema produtivo.

Essa discussão deve ocorrer, principalmente, quando se referir a uma política pública de educação, uma vez que a escolaridade em si:

Volta a ocupar lugar central nas estratégias de desenvolvimento, seja em função do impacto tecnológico sobre a organização/gerenciamento do trabalho, seja em função das novas formas de exercício da cidadania em sociedades plurais e saturadas de informações (MELLO, 1991, p. 7-8).

Para Leite (1999) especificamente, a escola rural, dentro do contexto geral da educação nacional, merece destaque, tendo em vista as particularidades que a envolvem e a dinâmica especial contida, considerando que o universo campestre possui leis próprias tanto para conjugação do trabalho e da produção, quanto para a coexistência de valores culturais e competências de seus membros sociais.

Falar sobre a vivência democrática e cidadania é, antes de mais nada, estabelecer as bases não só de um tipo de Estado como de sociedade. No mundo contemporâneo são múltiplas as maneiras de exercitar a democracia e a cidadania, pois a pluralidade social não admite mais as formas tradicionais de autoritarismo e mandonismo exacerbado, não mais aceita as verticalidades partidárias e, muito menos, uma educação voltada para o imobilismo sócio-político nos múltiplos segmentos humanos (LEITE, 1999).

Quanto à busca do saber técnico, salienta-se que o modelo científico não se basta, uma vez que a retomada dos conhecimentos sempre se faz necessária como forma de aprisionamento do próprio modelo e, principalmente, da sociedade como um todo.

De certa forma, o saber rural se constitui também como ciência, dada sua dinâmica e projeção natural de seus conhecimentos específicos, os quais encerram uma ótica alternativa sobre a realidade que os contém (LEITE, 1999).

Assim como Caldart, Mattos (2003) também expõe que somente bem recente, ou seja, a partir do final dos anos 50 foram produzidas obras importantes sobre a educação rural, a alfabetização e a pedagogia aplicada no meio campestre, por autores provenientes de áreas diversas e que produziram

um acervo que contribui consideravelmente para o estabelecimento de novos parâmetros para esse tipo de educação. A obra de Paulo Freire, nesse sentido, é um marco.

Mattos (2003, p. 9) relata que:

Paulo Freire propõe uma instrumentalização que subestima o aluno no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista alterações na prática social. Além disso, as experiências didáticas devem evidenciar as questões históricas, sociais, políticas e culturais como uma prática de investigação, exploração, descoberta e criatividade, contraponto a uma solução de problemas sem obstáculos e questionamento, bem como o ensino tradicional e acrítico. Portanto, na ótica Paulofreiriana, devemos considerar a experiência de vida e do contexto para construir um processo pedagógico eficiente e eficaz.

O debate incansável levantado por Paulo Freire em todas as suas obras, prima pela libertação, autonomia, busca pela cidadania plena, o autor levava a tona a dominação de cunho ideológico que sempre manipulou a educação. Apesar de alguns avanços, observa-se, contudo, que temos um longo caminho a percorrer para que a educação do campo atinja o patamar desejável.

2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Atualmente a educação do campo tem sido mais debatida, bem como dada maior atenção para que se estabeleça uma educação diferenciada, procurando com isto fornecer uma formação condizente às necessidades do cidadão do campo de modo que ocorra a promoção social dos mesmos.

As Diretrizes para educação do campo, estabelece como um dos elementos fundamentais a organização das escolas, a elaboração e ou reelaboração da proposta pedagógica, juntamente com o Projeto Político Pedagógico, elaborados no âmbito da autonomia das instituições de ensino contemplando a diversidade do campo e para o campo, bem como em todos os aspectos (sociais, culturais, políticos, econômicos, entre outros), e flexibilidade dos tempos e espaços escolares.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual J.F.N. refere-se à Educação do Campo como um item no Marco Conceitual. Ressalta importância de um olhar diferenciado, sobre seus educandos, entendendo dessa forma o universo cultural que os cerca e do qual certamente são produtos, enquanto seres culturais. Cita ainda que a educação do campo desde sua origem discute que a escola deve trabalhar a especificidade do campo, embora esta escola esteja no espaço urbano os seus sujeitos trazem esta especificidade e por isso devem trabalhar nessa perspectiva. Ainda há falta de clareza de concepção do que é a educação do campo. Tem-se a idéia de educação do campo é somente mais um conteúdo quando na verdade ela é uma proposta educacional

A construção do PPP parte de princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática. As bases para esta organização são, sem sombra de dúvida, os sujeitos envolvidos no processo educativo. Se toda comunidade escolar, não ajudarem pensar, refletir, planejar e replanejar o processo escolar, provavelmente não ajudarão a realizar e colocar em prática as aspirações do PPP que, para Veiga, é o motor, o coração da escola. É Nessa perspectiva que muitos dos relatos dos educadores na pesquisa, abordam e ressaltam a potencialidade e importância do PPP e também do Plano de trabalho docente, ou seja:

O Projeto Político Pedagógico nasce da necessidade de construir a escola constantemente, renovando o antigo e projetando o novo com a participação de todos. E uma discussão ampla na escola para se buscar soluções na qualidade do ensino, o objetivo é dar suporte para a escola sanar os problemas com a ajuda da comunidade, com opiniões e participação dos educadores. Ele é a vida da escola e tem que transcrever respeitando todos os espaços educativos para dar certo. (SOUZA, 2006, p. 44).

Por isso, pensar no Projeto Político Pedagógico da escola exige de nós educadores, pensar no que faço e como fazemos a prática pedagógica, pois esse pensar nos faz sentir mais sujeitos das ações pedagógicas que a escola como um todo desenvolve, ou até nos permite refletir se a nossa prática pedagógica esta coerente a realidade, identidade e cultura dos educandos que trabalhamos e ou simplesmente estamos repetindo, conteúdos, sem pensarmos em que tipo de cidadão estamos e ou queremos formar. Trata-se de uma relação, que, na prática, está distante da realidade, por vários motivos,

ou até um grande desafio a ser superado pelas escolas que ainda não reconhecem a importância do PPP, sabemos que para muitos estabelecimentos de ensino o PPP ainda continua sendo um “belo” livro de gaveta, construído por poucos, simplesmente para cumprir uma exigência.

Na perspectiva de Educação do campo, o Projeto Político Pedagógico, possibilita uma educação para a transformação da sociedade e dos sujeitos envolvidos no e fora do processo escolar, pressupõem rupturas, mudanças significativas. Segundo Paulo Freire (2005), a educação do campo pensa o PPP para além dos muros escolares, pois este nasce justamente para romper com os paradigmas de educação bancária.

É preciso urgentemente fazer uma educação que assuma a identidade do povo do campo, respeitando seu modo de vida sua dinâmica social e acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico. E isso implica na definição de um PPP, que objetiva a formação dos educandos na perspectiva do desenvolvimento sustentável no campo, que incorpore também a agricultura agroecológica (CALDART in: MOLINA; AZEVEDO DE JESUS, 2004) e os valores humanos e solidários no processo de transmissão e produção do conhecimento científico. É nesse sentido que têm se pensado para a construção e ou reconstrução de um PPP, para além de simplesmente alterar conteúdos e métodos, promova mudanças nas práticas e relações pedagógicas, que além da mera transmissão de conteúdos, se promove um espaço da construção do conhecimento, com habilidades e ações, valorizando os sujeitos inseridos nesse contexto. É importante destacar o PPP do Colégio JFN, é construído de forma coletiva, onde são realizados em encontros e semanas pedagógicas momentos de análise, reflexão e discussões, para modificações quando necessário. O grande desafio é a rotatividade dos profissionais.

O Projeto Político Pedagógico constitui-se em um instrumento de ação política pedagógica na medida em que possibilita manifestações dos desejos e aspirações da comunidade, em termos educação, norteia todo processo educativo desencadeado pela escola. Nesse sentido não pode ser visto apenas como produto ou resultado de um trabalho de definição e finalidades e linhas de ação. O PPP é “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua

intencionalidade”... (VEIGA in: VEIGA 2002, p. 13) assim constitui-se numa dimensão de globalidade e totalidade da educação.

Nesse momento fica evidente a necessidade de coesão e clareza política, condição esta, nem sempre fáceis de serem conquistadas num espaço que congrega sujeitos com as mais diferentes experiências de vida, concepções de educação e expectativas. Contudo, é de fundamental importância não nos omitirmos diante aos tantos desafios e sim embarcarmos nas inúmeras possibilidades existentes, para aqueles que realmente querem, bem como a reconstrução do PPP no coletivo, tendo como princípio a realidade dos educandos, valorizando a cultura e identidade dos mesmos, tornando os cidadãos capazes de construir e transformar a realidade.

3 PESQUISA DE CAMPO

Dando continuidade destacar-se-á o resultado das entrevistas realizadas no Colégio Estadual JFN, Os educandos que freqüentam esse Estabelecimento de Ensino são, na sua maioria, de baixa renda, ficando numa média calculada entre um ou dois salários. Sendo maior numero de filhos de agricultores, possuidores de pequenas propriedades rurais ou assentados. No total de alunos atendidos, 90% são provenientes do campo. No entanto Nossa escola ainda não é uma escola denominada como do Campo. Vale ressaltar que é a Escola acolhedora de duas turmas do ProJovem Campo - Saberes da Terra, no qual há relato dos professores na entrevista.

Também foram entrevistados professores de uma escola do campo MAACK, do Município de Guarapuava.

Para a entrevista foram realizadas as questões conforme descritas no decorrer do texto.

Tendo em vista que a Escola do Campo deve possuir um diferencial que a caracterize. Quais mudanças você acha necessário implementar no PPP?

Observa-se que entre os entrevistados alguns afirmam que o PPP deve ser revisto e feito ajustes necessários, para que se caracterize e fique com a identidade de uma escola do campo, bem como implementar disciplinas

específicas que contemplem essa realidade do campo, para que consigam fazer um elo entre a teoria e a prática.

Alguns ainda relatam que não sabem exatamente, porém mencionam que deve ser envolvido todo o currículo, com mudanças não só no conteúdo, mas especialmente na forma como trabalhar esses conteúdos, ou seja, caracterizar-se como escola do campo e a partir de então, direcionar as ações para o PPP.

Outras respostas foram semelhantes, no entanto é interessante que todos admitem a necessidade de mudanças, principalmente nas concepções que conduzem o trabalho da escola, e após deve o que deve mudar são as atitudes, ou seja, todos devem adotar essa concepção e fazer acontecer na prática. Assumindo como escola do campo e buscando meios e ações que levem ser realmente do campo.

Já os educadores entrevistados da Escola Maack, comentaram sobre a necessidade de articular junto aos sujeitos e sua comunidade, mecanismos que possibilitem um planejamento participativo, cujos objetivos apontados servem de base para que a Escola do Campo passe a ser vista como possibilidade de emancipação social. Ressaltando ainda a necessidade de se formular um currículo pensado para a escola do campo, com metodologias adequadas à realidade, como também um calendário escolar.

Num segundo momento segundo momento foi questionada a opinião das (os) mesmas (os) sobre conteúdos ministrados na Escola do e no Campo devem contemplar a realidade do educando?

A grande maioria respondeu que sim, justificando a importância de valorizar o contexto social, contextualizar os conteúdos com a realidade, não tendo vergonha de assumir sua identidade, criando expectativas, para possivelmente saber interferir no meio em que vive, porém os mesmos deixam evidente a preocupação com os conteúdos básicos, há uma preocupação quanto ao cumprimento dos conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais e O Plano de Trabalho Docente.

Outros ainda são breves em suas colocações dizendo que: “realmente é necessário, só que na prática isso não acontece, partimos de assuntos abordados nos livros didáticos e documentos escolares (PPC, PPP) e não pensamos no sujeito que é o educando”.

Os entrevistados do MAACK salientaram que educação deverá ser entendida como espaço de formação continuada, com reflexões conjunturais elaboração de proposição que contemple todos os níveis de ensino, inclusive sim a sua realidade e identidade. Mencionam que os saberes escolares localizam-se em dois planos: os saberes da experiência trazidos pelos alunos. Os saberes da experiência trazida pelos professores, somando aos específicos de cada área de conhecimento e aos gerais. Para que efetive a valorização de cultura dos povos na escola, é necessário repensar a organização dos saberes escolares, isto é, os conteúdos específicos a serem trabalhados.

Na terceira questão foram perguntadas as (os) mesmas (os), quais os principais desafios para que a Escola estruture-se tanto no aspecto pedagógico, quanto nas questões administrativas e estruturais, para que aconteça a educação no e para o Campo?

As respostas referentes a esta questão como podemos perceber foram bem variadas: Os desafios elencados são inúmeros, e interessante que se repetem tanto em uma escola como na outra, porém entre os mais citados estão: adequação do espaço físico, comprometimento com essa causa, muitos professores ainda não assumem sua própria identidade e cultura, como vão trabalhar com seus alunos, capacitação, rotatividade de profissionais, políticas públicas efetivadas para educação do campo, auto-definição como escola do campo, mudança de nomenclatura, assumir a postura, mudanças desde documentos até a prática pedagógica, mudança de consciência, mentalidade, reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, Plano de Trabalho Docente, participação coletivas de pais e alunos, valorização, quebra de preconceitos que o campo é “atraso”, Tanto professores quanto equipe pedagógica, buscar fundamentos teóricos sobre o campo, conhecer a realidade em que atuam, mudanças de práxis. Ainda verifica-se que a dificuldade maior é com a formação dos professores para esse fim e a contextualização sem um embasamento técnico dificulta na execução das mesmas. Mas é um desafio que depende do esforço e dedicação de cada um.

Observa-se que, em seu cotidiano a escola acaba influenciando todos os que dela participam, em contrapartida estes são, também construtores de sua história. Se a escola é um instrumento que contribui para manter o sistema, também contribui para transforma - lá. Acreditando nesta possibilidade,

consciente de que a escola não está fora da sociedade, mas reflete sua organização, pensa-se em possibilidades de irradiar elementos de construção de uma nova escola e, conseqüentemente, elementos de uma nova sociedade.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarna-la, diminuindo assim, a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (FREIRE, 2000, p. 67).

Para a construção dessa nova sociedade, tendo a escola como um instrumento fundamental, precisamos quem a construa, de sujeitos construtores independente de se tratar de campo e ou cidade, respeitando a realidade, e construindo a escola que responda as necessidades do desenvolvimento integral das pessoas, possibilitando potencializando o crescimento em todas as suas dimensões.

A questão seguinte foi sobre a construção do Plano de Trabalho Docente, quais referências? Há ações coletivas entre os educadores? Justifique.

Foi descrito que para a efetivação de um trabalho com bons resultados a palavra chave é o coletivo em todas as áreas, principalmente (trabalhando) tratando-se de educação, por isso o PTD deve ser construído com ações coletivas entre os educadores, uma disciplina completa a outra. Porém salientaram que alguns Planos de trabalho Docentes são construídos Individualmente, e outros por disciplinas, revedo sempre que necessário embasados nas Diretrizes Curriculares, Proposta Pedagógica Curricular da Escola, Projeto Político-Pedagógico, não havendo muitas ações no coletivo, especificamente no ato de planejamento, principalmente no que se refere ao tema educação do campo, em alguns casos há ações coletivas entre professores das mesmas disciplinas para trocas de idéias.

Os professores do MAACK relatam diversos aspectos: para Alguns as ações para montar o PTD é mais específico por professor, individualmente, comentam que há pouca comunicação entre os docentes, baseando-se em sua maioria no livro didático, consulta em outras bibliografias, internet. As ações coletivas desenvolvem-se através de estudos e discussões toda sexta-feira, de

onde partem as ações programadas para a semana. Na medida do possível são trabalhados os temas abordados no planejamento do campo, professores pesquisam meio rurais, porém a contextualização é dificultada por nem sempre o tema abordado ser compatível com o conteúdo trabalhado no bimestre.

Em relação ao ProJovem sim, constroem, planejamento no coletivo, e com certeza o resultado quando se é trabalhado assim é muito melhor, as aulas são mais significativas para os educandos (as) e para os educadores (as) que segundo eles estão nessa por opção, por gostar de trabalhar com essa realidade diferente. O PTD é construído em cima das Diretrizes Curriculares, baseando-se no PPP. As ações são coletivas de acordo com as orientações específicas do programa ProJovem, levando em consideração que o projeto é elaborado em um todo independentemente da disciplina ministrada.

A questão seguinte foi voltada para os educadores com o intuito de averiguar se os educadores da escola do campo, ou que recebem alunos advindos do campo assumem realmente sua cultura ou identidade?

Alguns dos Entrevistados disseram que os educadores assumem com naturalidade a cultura e identidade de escola do campo, isso é um desafio para os educandos que tem certa resistência em assumir suas raízes, mesmo trazendo traços marcantes de sua cultura, como linguagem entre outros.

Outros ainda, disseram que em partes, pois existem professores que moram na comunidade, município que assumem essa identidade, como existem professores que mesmo morando e vivendo na comunidade, não assumem realmente sua cultura. O mesmo acontece com professores que mora em outras cidades e se deslocam até a escola para trabalhar.

De maneira geral, verifica-se um grande dilema nessa questão. Conforme o relato dos mesmos alguns professores após curso ministrado na Rureco e alguns após especialização começaram implantar mudanças, mas ainda de maneira lenta. Citam ainda que talvez essa falta de assumir-se como do campo esteja atrelada à falta de formação.

Já os do MAACK, com exceção de um (a) entrevistado (a) foram unânimes em dizer que ainda não assumem a identidade, necessita de maior estudo em relação do diagnóstico social da comunidade e sua cultura para que a escola se torne um espaço interativo e prazeroso. Vale ressaltar que muitas vezes, o PPP não explicita característica da escola, tornando difícil o

conhecimento da realidade para os educadores que buscam nele informações, Ressaltam que muitos professores são do meio urbano, poucos buscam conhecimentos sobre a realidade que atuam. É necessário que o professor seja sujeito do processo pedagógico, sinta-se sujeito, queira ser o sujeito.

Como já mencionado um (a) entrevistado (a) relata que: “em nossa escola os educadores são da zona urbana o trabalho é um desafio, porém a maioria se identifica como do campo”.

Com relação ao ProJovem é assumida essa realidade, identidade e o trabalho são voltados aos interesses dos educandos, inclusive construído no coletivo.

CONCLUSÃO

Pelo descrito, percebe-se a necessidade de um processo educacional que contemple temáticas pertinentes à realidade social dos envolvidos, para que essa educação do campo aconteça de fato é preciso deixar o medo de lado e assumir os valores positivos do homem e da mulher e o compromisso com a perspectiva de construir novos valores que expressem o objetivo de novos rumos. Enfim, construir a escola do campo com características próprias, é antes de tudo construir um estado democrático, onde não haja clientelismos, corrupção, mau uso do dinheiro público e manifestações políticas com fins eleitoreiros.

Observa-se que muitos são os limites, porém não podemos permanecer de olhos vendados, precisamos pensar possibilidades e estratégias de ensino-aprendizagem para além dos meros conteúdos e do ambiente escolar, nossos alunos precisam mais do que simplesmente aprender a ler e escrever, é necessário que tenham uma formação política e ética, os educandos precisam ser e sentir sujeitos participantes do processo educativo.

É fundamental e urgente priorizar tempo para poder discutir e acompanhar o Projeto Político Pedagógico, incluindo na carga horária, de toda comunidade escolar, construindo um coletivo que confronte e dialogue entre si a prática pedagógica condizente a sua realidade, desenvolvendo estratégias voltadas à concepção de educação do campo.

Tanto pelo estudo bibliográfico, como por meio das entrevistas denota-se que há um campo vasto de trabalho a ser efetivado para que a Escola Campo se efetive. E mais do que limites e possibilidades é preciso que se constitua coletivamente e coerentemente, uma educação do e para o campo com qualidade, para muitos um sonho distante, para aqueles que lutam talvez um sonho possível, conclue-se não basta ter nomenclatura, PPP, PPC, PTD como do campo e a escola não vivenciar sua identidade como do e para os sujeitos do campo.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel. **Escola, Cidadania e Participação no Campo**. Brasília: INEP, 1982.

CALDART, R. S. **Educação popular no meio rural: As experiências pedagógicas na escola do MST**. SILVA, L. H. & AZEVEDO, J. C. (org.). Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DURKHEIN, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Abril Cultural, os pensadores, 1973.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Cortez, 1992.

GRZYBOWSKI, Candido. **Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural**. Ijuí: revista e educação, 1986.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LEITE Sergio Celani. **Escola rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Educar para a Vida Camponesa**. Revista Mundo Jovem: um jornal de idéias. Porto Alegre. PUC. Julho, 2003, p. 9.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas Públicas de Educação**. São Paulo: Revista Estudos Avançados, 1991.

MEC, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº01 DE 03/04/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas do Campo**, Brasília, 2002

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO do Colégio Estadual DR. João Ferreira Neves– Ensino Fundamental e Médio, Goioxim, Paraná, 2011.

SERBINO, Raquel V. e LIMA GRANDE, Maria Ap. R. de. (Orgs). **A Escola e Seus Alunos - Estudos sobre Diversidade Cultural**. São Paulo: UNESP, 1995.

SOUZA, Eloir José de. **Limites e possibilidades para construção do Projeto Politico-Pedagógico**. Trabalho de conclusão de curso de pedagogia - UERGS/ITERRA: Veranópolis, 2007. Orientado pelas professoras Carmem Lucia Bezzerra Machado e Marlene Ribeiro.

VEIGA, Ilma P.A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva. In Veiga, I.P.A. (Org.) Projeto Político-Pedagógico – Uma Construção Possível. 15º ed. Campinas: Papirus, 2002, p 13.